



alandroal 
Câmara Municipal

Município de Alandroal

**RELATÓRIO
DE GESTÃO PARA
O ANO DE 2014**

MUNICÍPIO DE ALANDROAL

RELATÓRIO E CONTAS 2014

INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** (DPC) relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2014.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do referido diploma legal, os DPC serão apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril.

Os DPC foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados conforme estabelece a Resolução 4/2001 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 -Instruções 01/2001, alterada pela Resolução 26/2013, de 21 de novembro.

Em 01 de janeiro de 2014 entrou em vigor a Lei 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Em 26 de agosto de 2014 entrou em vigor a Lei 53/2014, de 25 de agosto - Aprova o Regime Jurídico do FAM.

Em março de 2010 foi obtido o visto do Tribunal de Contas relativo ao processo de Saneamento Financeiro do Município do Alandroal, abrangendo o período de 2010 a 2021.

Em condições de normalidade deveria estar a ser aplicado o artigo 86º da Lei 73/2013, segundo o qual aos contratos de saneamento e reequilíbrio financeiro em vigor à data da Lei ... aplicam-se as disposições constantes da Lei 2/2007, de 15 de janeiro e do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março, pelo que o município deveria apresentar o relatório de avaliação do processo de saneamento financeiro. Por outro lado a Lei 73/2013, determina no seu artigo 61º que os municípios que se encontram em situação de rutura financeira são obrigados a recorrer ao FAM.

Certo é que o município do Alandroal nunca cumpriu o plano de saneamento, encontrando-se mesmo em incumprimento com a amortização do empréstimo.

Por outro lado dada a clara situação de rutura financeira, e apesar do esforço e redução de dívida objetivamente conseguido em 2014, o município concentrou os seus esforços em, dialogar e negociar com os credores a reestruturação da sua dívida de modo a preparar o processo de Plano de Ajustamento Municipal a entregar ao FM. Assim, logo que a Direção Executiva do FM se pronuncie sobre o

processo de candidatura o mesmo será presente à Assembleia Municipal para aprovação, altura em que se fará o balanço do processo de Saneamento.

O ano de 2014 fica marcado pela continuidade de factos que condicionaram a gestão autárquica:

- Circularização de dívida com credores detetando-se inúmeras situações de dívida não registada, situação que tornando clara a real dimensão da dívida não permite evidenciar de forma direta o esforço efetuado na sua redução. Através do Fundo de Regularização Municipal foram pagos 699 mil euros a dívidas de 2009 e anos anteriores. Estabelecimento de acordos diretos com credores aos quais foram pagos diretamente 578 mil euros de dívidas em atraso, ao mesmo tempo que se consegue manter a gestão normal de todos os serviços
- Esta situação, conjugada com o prolongar da crise teve como reflexo a permanência de uma difícil situação orçamental refletida na incapacidade de pagamento aos grandes credores (Banca – empréstimos de curto prazo e amortização do saneamento, Águas do Centro Alentejo, GESAMB, bem como a um número significativo de empreiteiros). A difícil situação orçamental foi igualmente agravada pela obrigação do município ter de devolver mais de 700 mil euros de financiamentos. Esta situação conduziu de um modo geral, ao agravamento de alguns indicadores. Manutenção da situação de incumprimento dos principais objetivos da política orçamental definida para os municípios quer na legislação de base tradicional (Finanças Locais, Lei, saneamento financeiro), quer na nova legislação de base alterações à política financeira e orçamental por vis da LOE, LCPA).
- O executivo que apresenta este relatório tomou posse em 21 de Outubro de 2013 e implementou de imediato um conjunto de medidas tendentes a inverter a situação que é descrita na apreciação da conta de 2013, nomeadamente com o controlo e redução de despesa em todos os sectores. Essa decisão permitiu reduzir o valor global da dívida em cerca de 1.400.000,00€. Sabe-se porém que o efeito dessas medidas só são perceptíveis gradualmente e no caso de serem mantidas as linhas de atuação que foram definidas e aplicadas no ano de 2014. Mas, tal matéria será objeto de futuros relatórios. Por agora centremo-nos na conta de 2014.

Do ponto de vista do enquadramento macro económico é de destacar:

A vertical column of handwritten signatures and initials in the right margin. From top to bottom, there are several distinct marks, including what appears to be a stylized 'J', a 'P', and several more complex signatures, some of which include the date '2010 02' at the bottom.

- Persistência e agravamento da crise económica e social, repetindo-se uma nova redução do montante das transferências para a autarquia. Durante o mandato foram retirados ao município mais de 2,4 milhões de euros quando comparado com o valor inicialmente inscrito no Orçamento de Estado de 2010, tal como consta do quadro seguinte.

ALANDROAL PIE 2010-2013		
6.252.583,00 €	6.015.882,00 €	- 236.701,00 €
	5.715.088,00 €	- 537.495,00 €
	5.429.239,00 €	- 823.344,00 €
	5.429.239,00 €	- 823.344,00 €
	22.589.448,00 €	- 2.420.884,00 €

O Relatório de Gestão traduz, embora de uma forma sucinta, nas suas diversas peças, a execução das prioridades definidas nas Grandes Opções do Plano, bem como a execução orçamental, que refletem o trabalho desenvolvido:

- Independentemente do nível de execução orçamental, a conta na ótica patrimonial reflete, quer a execução do PPI, quer a execução das atividades mais relevantes, quer os custos de funcionamento do exercício, já que foi seguido o princípio da especialização do exercício, dando-se por refletido no balanço todos os direitos (ativo) e obrigações (passivo) do município.

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um grau de concretização dos objetivos definidos para o mandato, cumprindo-se assim, de forma sustentada os objetivos e prioridades aprovados.

Os constrangimentos diretamente decorrentes da crise e dos que resultam das medidas de restrição, impostas pela sujeição do país às imposições da Troika, nomeadamente, quanto à persistência das regras decorrentes da LCPA, têm tido um efeito negativo no município, sendo certo é que não superou, mais uma vez, quer em matéria de endividamento, os níveis de redução impostos pela Lei do Orçamento de Estado, quer em matéria de fundos disponíveis, níveis positivos, mantendo assim níveis de incumprimento quanto a estas imposições legais.

De referir que neste quadro, o município foi anteriormente incapaz de cumprir com os tempos e condições para realização de diversos investimentos comunitários, o que obrigou à reposição de verbas já recebidas, procedimento que já se iniciou, mas cuja situação não se encontra refletida ainda no passivo do balanço de 2014.

Nas notas ao balanço e à demonstração de resultados serão esclarecidos os procedimentos, métodos de valorização, níveis de receita e despesa orçamental, bem como, dos resultados e demais elementos de natureza patrimonial que integram a presente conta.

Salienta-se porém, que apesar das dificuldades, o Município conseguiu reduzir os pagamentos em atraso, em cerca de 2.000.000,00€ e o valor dos Fundos Disponíveis em mais de 1.500.000,00€, conforme resulta dos anexos.

A situação financeira da câmara reflete-se necessariamente no incumprimento quanto ao pagamento de dívidas, conforme se referiu, na impossibilidade quanto a investimentos, quer de projetos novos, quer naqueles que se encontram em curso, na capacidade de resposta dos serviços às necessidades da população, mas também na situação dos trabalhadores da câmara que continuam a ser vítimas das negativas políticas governamentais, porque sem a sua colaboração era de todo impossível desenvolver a atividade municipal e corresponder aos anseios da população.

A Presidente da Câmara,

Mariano Dil

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

1 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 IDENTIFICAÇÃO

- ✓ Município de Alandroal – Anexo ao relatório

1.2 - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento, quando aplicável)

- ✓ O executivo que exerceu funções de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2014 era composto por:

Presidente

- ✓ Mariana Rosa Gomes Chilra

Vereadores

- ✓ Daniel António Nobre Padilha

- ✓ Inácio Joaquim Rosado Germano

- ✓ Manuel José Veladas Ramalho

- ✓ João José Martins Nabais (Zelia Rute Coelho Santos em substituição de uma reunião)

- ✓ Neste executivo, a presidente e os vereadores Daniel António Nobre Padilha e Inácio Joaquim Rosado Germano exercem funções em regime de permanência.
- ✓ Não tiveram pelouros atribuídos os vereadores Manuel José Veladas Ramalho e João José Martins Nabais.
- ✓ O município não dispõe de serviços municipalizados.
- ✓ Não detém participação em empresas do Setor Local. Detém 3,01 % na Empresa Pública Águas do Centro Alentejo, onde o Estado detém a maioria do capital.
- ✓ O município é Associado da ANMP, da CIMAC e Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

1.3 - Estrutura organizacional efetiva.

- ✓ A Estrutura e Organização dos Serviços da Câmara Municipal do Alandroal foi aprovada nos termos do Decreto-Lei 305/2009 de 23 Outubro a 28 de Dezembro de 2012, sendo publicada no Diário da Republica 2ª série nº 151 de 08 de Agosto de 2011.

1.4 - Recursos humanos

- ✓ O mapa de pessoal, elaborado nos termos da Lei 12-A/ 2008, de 27 de fevereiro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2013, tendo sofrido uma

alteração em 25/6/2014 pela câmara, aprovada pela assembleia municipal a 27/6/2014. Dos lugares constantes do mapa de pessoal encontravam-se preenchidos com pessoal em funções o número de efetivos discriminado no mapa abaixo:

Pessoal	Cargo Político	CTFP TI		CTFP TD		Total	
		dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14
Dirigente intermédio de 2º grau							
Técnico Superior		25	26			25	26
Assistente Técnico		25	32	6	0	31	32
Assistente Operacional		102	88	5	0	107	88
Informático		6	6			6	6
Cargo Político							
Outros		1	1	0	0	1	1
Soma		159	153	11	0	170	153
Redução		2	6	0	11	2	17
Redução pelo art.º 63º da LOE 2014							

[Handwritten signatures and initials]

Com uma redução de 17 trabalhadores, o município cumpriu, excedendo a obrigação da redução obrigatória de 6 efetivos que era imposta pelo artigo 63º da LOE 2014.

1.6 - Organização contabilística

- ✓ Aplicação do POCAL – regime completo.
- ✓ Software – POCAL, Património, Pessoal, Gestão de Stocks, Obras Administração Directa, Controle de Empreitadas – MEDIDATA
- ✓ Não existe descentralização contabilística.
- ✓ Foi aplicado o princípio de especialização do exercício, procedendo-se ao corte nas operações patrimoniais.

Outros elementos da Conta

- ✓ Foi efetuada a reconciliação bancária relativa a todos os movimentos efetuados nas contas 12.
- ✓ Em termos de previsões foram respeitados os princípios orçamentais da independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não

consignação e não compensação. Quanto à sua execução os reembolsos e restituições do exercício não foram objeto de reflexo no mapa do controlo orçamental da receita.

✓ Mantiveram-se os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação desenvolvidas nos exercícios anteriores, sendo assim possível proceder a uma análise consistente da evolução registada.

✓ O património encontra-se registado e atualizado pelo CIBE, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.

1.7 - Outra informação considerada relevante

✓ Na introdução foi apresentado sumariamente o processo de incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro.

- ✓ As contas 432 e 433 não apresentam valor.

2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

- ✓ Os quadros de ativo bruto e de amortizações fazem parte do presente documento, cujo resumo é o seguinte:

Quadro do Ativo Bruto

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/A JUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41.	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	143 661,31 €		427 207,60 €			570 868,91 €
42.	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7 064 448,82 €		1 906 141,75 €	1 368,60 €	4,39 €	8 969 217,58 €
43.	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓRIAS	276 746,15 €					276 746,15 €
44.	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	28 090 165,17 €		415 953,82 €		1 893 643,90 €	26 612 475,09 €
45.	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	31 662 597,29 €					31 662 597,29 €
		67 237 618,74 €	0,00 €	2 749 303,17 €	1 368,60 €	1 893 643,29 €	68 091 905,02 €

- ✓ Encontram-se por regularizar cerca de 26 milhões de euros que se encontram indevidamente em imobilizações em curso quando de facto deveriam ter passado para imobilizado firme na data da sua conclusão. Tratam-se de obras inscritas na conta de imobilizações em curso, algumas delas desde o início do POCAL e outras com vários anos, sem atividade. Acresce que parte destes bens foi cofinanciada, não se encontrando igualmente processado o reconhecimento do respetivo proveito. Trata-se de uma situação que acontece, distorcendo os resultados.

O valor de aumento do ativo bruto, cerca de 855 mil euros correspondeu a cerca de 48% das amortizações, cujo montante ascendeu a 1,755 milhões de euros. Em termos reais contudo, esta relação será menor dado que as amortizações se encontram subavaliadas.

2.8 - Descrição do ativo imobilizado. Amortizações do exercício e acumuladas:

- ✓ Não foram adquiridos bens em estado de uso.
- ✓ O valor total das amortizações acumuladas encontra-se influenciado no seu valor pelos motivos já expostos.

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48.1	De investimentos em imóveis				
48.2	De imobilizações corpóreas	3 959 610,74 €	270 457,05 €	970,01 €	4 229 037,80 €
48.3	De imobilizações incorpóreas	39 618,84 €	144 529,72 €		184 148,56 €
48.5	De bens de domínio público	23 105 851,52 €	1 340 077,29 €		24 445 928,81 €
49.	Provisões para investimentos financeiros				
		27 105 081,10 €	1 755 064,06 €	970,01 €	28 859 175,15 €

2.9 - Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

- ✓ O município transitou de 2013 para 2014 com dois empréstimo de curto prazo no montante de 570 mil euros que foram amortizados apenas no exercício de 2014. Durante o ano de 2014 o município utilizou empréstimos de curto prazo no montante de 570.000 €, não tendo o seu valor sido amortizado até ao final do ano. Não foi solicitado visto ao TC, sendo que o município se encontra numa situação de excesso de endividamento e uma vez que o Município se encontra abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal.
- ✓ Face às dificuldades financeiras do município o plano de amortização do empréstimo de saneamento financeiro foi renegociado com a banca passando as prestações para 2,5 mil euros, pelo que o mapa não apresenta valores vencidos e não pagos. Contudo, tratando-se de uma renegociação do empréstimo que tem efeitos na dívida fundada deveria ter sido objeto de autorização da Assembleia Municipal e sujeito a Visto do TC.
- ✓ Não foram capitalizados os juros suportados.
- ✓ O montante de juros relativos a empréstimos de médio e longo prazo foi de 229.678,61€. A este valor acrescem 32.171,10 € de juros relativos a empréstimos de curto prazo.

2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

- ✓ Não aplicável.

2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações, do tipo seguinte:

- ✓ Não aplicável.

2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas,

- ✓ Os valores das imobilizações em curso, bem como das transferências para imobilizado firme encontram-se discriminados nos respetivos mapas que fazem parte da conta e do relatório
- ✓ Não existem imobilizações reversíveis.

2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

- ✓ Durante o exercício de 2014 não foram adquiridos novos bens em regime de leasing.

2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

- ✓ Dados não disponíveis.

2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respetivas razões.

- ✓ Apenas os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico, não estão amortizados.

2.16 – Entidades participadas – os respetivos dados deste ponto fazem parte do presente documento;

Não foi atualizado o valor da participação nas ACA, cuja variação é insignificante. Por outro lado não se conhecem ainda as contas da ADC

Entidades não Societárias								
Entidade participada	Tipo de entidade		CAE	Capital Estatutário	em Numerário	Contribuição Capital Realizado		Obs
	NIPC					Monetário	Em espécie	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]
ANMP	50162741 3	A M	9133 3					
CIMAC	50936439 0	A M	9411 0					
AMPV	50803843 0	A M	9133					

Entidades Societárias								
Entidade participada	Tipo de entidade		CAE	Capital Estatutário	em Numerário	Contribuição Capital Realizado		Obs
	NIPC					Monetário	Em espécie	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]
Águas do Centro Alentejo	50630614 3	SE E		5 000 000,00 €		150 625,00 €	150 625,00 €	
EDC	50603597 2			22 050,00 €	3,01% 7,59%	22 050,00 €	22 050,00 €	
FAM	51331918 2			650.000.000,00 €		427.207,60€ *		

* Subscrito a realizar entre 2015 e 2021, nos termos da Lei 13/2014, de 25 de agosto.

2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

- ✓ O município não detém títulos desta natureza.

2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não existem.

2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

- ✓ Não existem.

2.20 – Atribuição de valor inferior – Ativo circulante

- ✓ Não existem.

2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

- ✓ Não existem.

2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros.

- ✓ As provisões para cobrança duvidosa estão constituídas de acordo com as normas do POCAL. No entanto, o valor em dívida de água, saneamento e resíduos registados na conta é substancialmente superior aos valores apurados na aplicação de águas, sendo necessário reconciliar os valores e proceder às correções em conformidade. Para garantir a plena reconciliação e especialização é necessário proceder à ligação entre a aplicação da águas e a aplicação da contabilidade.

2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

- ✓ Não existem.

2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

- ✓ Não existem.

2.25 – Dívidas ao Estado em situação de mora

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature that appears to be 'Albino' and other smaller initials.

- ✓ Cerca de 715 mil euros, embora sobre elas exista acordo na sua devolução num prazo de 36 meses, fazendo as mesmas parte do Plano de Ajustamento Municipal entregue ao FAM.

2.26 – Garantias e cauções prestadas

- ✓ Encontram-se discriminadas no mapa de contas de ordem, contas da classe 0. Existem contudo valores que se encontram nas contas de terceiros – Operações de Tesouraria – sendo necessário proceder à sua plena inclusão em contas de ordem.

2.27 – Provisões acumuladas

- ✓ Relativamente a contingências por ações movidas contra a Câmara existem as adequadas provisões constituídas em balanço. No entanto, é necessário ter presente que de acordo com as atuais normas de reporte ao SIIAL esses valores, embora constituam valores do passivo, não se refletem no cálculo do endividamento.
- ✓ Para além das contingências existem débitos reconhecidos pelo município que foram objeto de cobrança por via judicial.

2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

2.29 – Custo de mercadorias e de matérias-primas

O CMPCMC ascendeu a 146 mil euros, valor que não reflete o valor de aquisição de água em alta que se encontra registada em contas da 62.

2.30 – Demonstrações das variações de produção

- ✓ Não existem;

2.31 – Demonstração dos resultados financeiros

A demonstração de resultados financeiros não tem correspondência com a despesa orçamental classificada em juros já que parte desta despesa corresponde a moras em que os custos foram imputados a exercícios anteriores, ou sendo imputados ao exercício, não obtiveram cabimentação dada a sua elevada expressão.

A conta apura 1.070.133,64€ em juros do exercício. De referir, que só do processo judicial da PAVIA, foram reconhecidos 331 mil euros de juros. Quanto às Águas do Centro Alentejo, foram lançados 434 mil euros de juros.

Do lado dos proveitos encontra-se registado o rendimento de propriedade obtido pela concessão à EDP.

2.32 – Demonstração de resultados extraordinários

Os resultados extraordinários encontram-se fortemente influenciados pelo registo de quase 100 mil euros em proveitos extraordinários por regularização de existências.



Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature that appears to be 'Roberto' at the bottom.

3 -- Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

3.1 Orçamento

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2013	Ano 2014
Rubrica 01- Impostos Diretos	554 443,95	622 632,40	122,20%	115,80%
Imposto Municipal sobre imoveis (IMI)	330 763,47	423 330,76	154,50%	124,30%
Imposto Único de circulação	90 784,30	92 039,46	130,00%	115,40%
Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de imoveis (IMT)	105 531,65	76 766,48	76,90%	82,00%
DERRAMA	27 364,53	30 495,70	83,60%	127,70%

Composição	Ano 2013	Ano 2014	% Total da Rubrica	
			Ano 2013	Ano 2014
09. Venda de bens de investimento	8 178,43	4 545,30	0,60	0,20%
10. Transferências de capital	1 873 506,27	1 082 795,05	42,10	28,60%
11. Activos financeiros			0,00	
12. Passivos financeiros	570 000,00	570 000,00	20 000,00	285000,00%
13. Outras receitas de capital		100,00	0,00	
total	2.451.684,70	1.657.440,35		

Outras Receitas Correntes

Composição	Ano 2013	Ano 2014	% Total da Rubrica	
			Ano 2013	Ano 2014
15.Reposições não abatidas nos pagamentos	3 337,65	2 076,12	34 100,00	207612,00%
16.Saldo da Gerencia Anterior	365 536,38	164 298,54	100,00	100,00%
Total das receitas capital	368.874,03	166.374,66		

- ✓ O orçamento da receita apresenta uma execução de 40,4% quando considerado o empréstimo de curto prazo.
- ✓ A baixa taxa de execução do orçamento tem a sua origem na necessidade de “estimar” receitas suficientes para dar cobertura aos compromissos assumidos e não pagos.
- ✓ A receita corrente corresponde a 52,9% da receita total excluído o empréstimo. Por outro lado quando consideramos a receita efetiva (excluindo os empréstimos) o peso da receita corrente sobe para 78,6%.
- ✓ A receita corrente apresenta um crescimento de 664 mil de euros relativamente a 2013. Este crescimento, quase 27%, encontra-se fortemente influenciado pela alteração da taxa de repartição do FEF corrente em contrapartida com a redução da taxa de repartição do FEF de capital.
- ✓ Os impostos diretos apresentam um crescimento de 5,5% relativamente a 2013.

Desagregação das Rubricas de Receitas Correntes: Venda de Bens e Serviços Correntes

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2013	Ano 2014	Δ 13/12	% Total da Rubrica	
				Ano 2013	Ano 2014
Rubrica 07 -Venda de Bens e Serviços Correntes	683 764,29	768 504,04	12,39%		
<i>Venda de bens</i>					
Produtos alimentares e bebidas	35 343,94	32 989,42	-13,71%	5,2%	93,1
Água	217 834,05	234 064,27	7,45%	31,9%	234064
Outros				0,0%	52,6
Venda de publicações	909,72	3 269,70	59,41%	0,1%	28,2
outros	0,00	6 640,00		0,0%	46,2
<i>Serviços</i>				0,0%	
outros	16 977,50	14 684,94	-5,61%	2,5%	45,6
Serviços desportivos	1 328,00			0,2%	
<i>Serviços específicos das autarquias</i>				0,0%	
Saneamento	98 232,46	116 229,15	18,32%	14,4%	87,1
Resíduos sólidos	104 531,69	117 229,21	12,14%	15,3%	96,7
Transportes escolares	28 008,25	31 240,34	11,53%	4,1%	107,7
Transportes por conta de particulares	0,00			0,0%	
Cemitérios	1 639,12	1 217,99	-4,57%	0,2%	48,4
Mercados e Feiras	139,12			0,0%	
Contratos de Água	3 443,83	3 159,19	-9,00%	0,5%	87,4
Outros	143 923,57	167 351,61	16,27%	21,0%	102,9
outros	119,82	114,23	-8,93%	0,0%	4,7
<i>Rendas</i>					
Habitação	1 623,13	1 934,03	19,15%	0,2%	115
Edifícios	28 563,80	25 975,60	-9,63%	4,2%	6,6
<i>Outras</i>					
Rendas de Terrenos	12 000,61	11 999,36	-1,04%	1,8%	98

Handwritten signatures and initials on the right margin of the table.

Embora o total da venda de bens e serviços mantenha globalmente o mesmo valor que em 2013 existem variações significativas em sentidos opostos em várias rubricas.

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2013	Ano 2014	Δ	% Total da Rubrica	
				Ano 2013	Ano 2014
Rubrica 10-Transferencias de capital	1 873 506,27	1 082 795,05	-53,18%		
Administração central-Estado					
Fundo de Equilibrio Financeiro	1 100 074,32	713 066,29	-42,73%	58,72%	138,90%
Contratos de programa		61 674,05	100,00%		103,90%
Outros	47 088,00	10 000,00	-70,88%		10000,00%
Estado- participação comunitaria em projectos	20 000,00		0,00%	1,07%	200,00%
INALENTEJO		263 874,22	100,00%		8,50%
POVT	455 057,87		0,00%	24,29%	
PRODER	60 831,00	34 180,49	-77,96%	3,25%	17,40%
Outros	190 455,08		0,00%		47,10%
				0,00%	

As transferências de fundos comunitários registaram uma quebra de 53,18%.

Do lado da despesa

Despesas Correntes

Composição	Ano 2012		Ano 2013			Ano 2014		
	Dotação	Execução	Dotação	Execução	% Execução	Dotação	Execução	EXECUÇÃO %
01. Despesas com o pessoal	3 489 624,07	3 297 596,58	3 920 254,09	2 711 583,88	94,44	3 948 767,22	3 359 984,87	85,09
02. Aquisição de bens e serviços	5 892 678,60	2 073 982,03	6 691 901,51	2 802 773,10	41,88	7 172 442,17	2 045 775,17	28,52
03. Juros e outros encargos	1 288 011,43	478 184,20	1 277 500,77	696 671,35	54,53	1 554 613,35	617 333,11	39,71
04. Transferências correntes	942 281,56	528 974,99	785 890,66	415 605,45	52,88	1 389 494,57	695 447,95	50,05
05 Subsídios	2,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00
06. Outras despesas correntes	252 700,83	60 897,23	311 363,93	75 341,14	24,20	468 522,31	73 625,93	15,71
Total das despesas correntes	11 865 298,49	6 439 635,03	12 996 912,96	7 701 975,49	59,26	14 533 841,62	6 792 167,03	46,73

Despesas de Capital

Composição	Ano 2012		Ano 2013			Ano 2014	
	Dotação	Execução	Dotação	Execução	% Execução	Dotação	Execução
07. Aquisição de bens de capital	8 532 663,51	2 277 446,28	7 223 662,39	1 199 186,44	16,60	6 550 295,34	1 192 622,41
08. Transferências de capital	359 322,03	24 333,88	715 515,39	116 166,25	16,24	433 719,65	104 061,97
09. Activos financeiros	2,00	0,00					
10. Passivos financeiros	884 800,34	863 305,97	1 125 150,85	582 022,32	51,73	1 605 296,67	874 974,21
11. Outras despesas de capital	24 814,94	22 293,94	3 250,01	543,57	16,73	12 521,00	2 520,00
Total das despesas capital	9 801 602,82	3 187 380,07	9 067 578,64	1 897 918,58	20,93	8 601 832,66	2 174 178,59

O peso da despesa corrente no total da despesa ultrapassa os 72,01%. E se considerarmos apenas a despesa efetiva (retirando o valor de amortização de empréimos, essa relação ultrapassa os 84%.

As variações da despesa estão influenciadas pelo pagamento de dívida de anos anteriores, neste exercício, influenciada pelo mecanismo do FRM. Esta situação impede que se proceda a uma adequada apreciação da evolução da despesa, já que a informação presente é insuficiente para perceber qual a evolução da despesa "nova".

Segue-se o conjunto de quadros que apresentam o detalhe da despesa.

Despesas com o Pessoal

	2012	2013	2014
Remuneração titulares órgãos soberania	74 043,20	102 856,78	104 174,43
Remuneração pessoal dos quadros	1 704 042,73	1 720 482,53	1 683 689,41
Pessoal contratado a termo	176 450,77	140 585,57	95 335,57
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00		
Pessoal Aguardando aposentação			12 556,52
Pessoal em qualquer outra Situação	264 223,24	364 275,43	
Subsídio de refeição	193 504,20	185 275,30	176 607,20
Subsídio de Ferias e Natal	177 523,90	330 208,45	343 093,15
Horas extraordinárias	85 828,62	117 924,22	107 465,15
Ajudas de custo	34 347,99	50 502,41	40 760,24
Abono para falhas	10 975,97	9 809,03	9 582,48
Subsídio de turno	11 300,11	14 419,82	11 228,25
Indemnizações por cessação de funções	0,00		18 549,12
Outros Suplementos	3 708,67	21 185,95	9 915,76
Encargos com a saúde	54 061,42	47 949,31	52 913,41

Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	10 070,87	7 180,34	10 420,47
Assistência na doença dos funcionários públicos	53 108,94	33 639,88	81 105,67
Segurança Social dos Funcionários	176 372,99	262 531,17	285 811,99
Segurança Social Reg.Geral	245 603,04	302 757,69	316 775,63
Seguros	0,00		
TOTAL	3 275 166,66	3 711 583,88	3 359 984,45

[Handwritten signatures and initials]

3.1 Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes

Rubricas	Orçamentado (Previsto no ano 2013)	Executado no ano 2013	Grau de Execução 2013	Orçamentado (Previsto no ano 2014)	Executado no ano 2014	Grau de Execução 2014
FUNÇÕES GERAIS	111 804,76	57 168,92	51,13	121 361,32	58 564,33	53,01
SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	52 855,01	17 015,92	32,19	55 779,00	23 310,43	46,67
ADMINISTRAÇÃO GERAL	52 855,01	17 015,92	32,19	55 779,00	23 310,43	43,67
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	58 949,75	40 153,00	68,11	65 582,32	35 253,90	56,75
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	58 949,75	40 153,00	68,11	65 582,32	35 253,90	56,75
FUNÇÕES SOCIAIS	4 870 050,81	1 643 123,27	33,74	4 873 981,96	1 280 245,23	45,17
EDUCAÇÃO	1 471 248,37	714 928,15	48,59	1 531 802,70	549 224,68	45,31
ENSINO NÃO SUPERIOR	1 094 679,61	360 894,43	32,97	1 147 516,31	284 560,71	51,99
SAÚDE	59 861,34	31876,26	53,25	213 281,00	0	32,4
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	59 861,34	31876,26	53,25	213 281,00	0	32,4
SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	491 343,12	328 996,42	66,96	438 606,50	185 342,70	46,61
ACÇÃO SOCIAL	491 343,12	328 996,42	66,96	438 606,50	185 342,70	46,61
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	1 664 122,66	138 645,06	8,33	1 294 722,40	340 440,46	52,03
HABITAÇÃO	321 630,98	18 444,41	5,73	306 165,00	185 699,92	49,94
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	131 200,49	16 450,64	12,54	113 366,00	13 801,63	67,23
SANEAMENTO	117 220,32	599,44	0,51	112 467,00	4 330,32	51,73
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	809 003,41	38970,47	4,82	567 107,66	40703,08	54,8
RESÍDUOS SÓLIDOS	36 375,00	11 000,00	30,24	24 795,40	0,00	62,47

PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONS. NATUREZA	248 692,46	53 180,00	21,38	170 821,74	95 905,51	37,41
SERVIÇOS CULTURAIS RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1 183 475,32	428 677,38	36,22	1 395 569,36	205 237,39	41,59
CULTURA	427 826,75	242 504,07	56,68	894 263,36	74 628,07	38,07
DESPORTO, RECREIO E LAZER	426 694,79	47 408,57	11,11	332 478,00	80 929,38	42,06
OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	328 953,78	138 764,74	42,18	168 828,00	49 679,94	48,58
FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 524 526,19	488 200,00	19,34	2 120 879,57	484 140,94	43,19
INDÚSTRIA E ENERGIA	494 341,09	21 673,97	4,38	590 347,35	180 022,58	40,99
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1 704 421,80	322 846,61	18,94	1 317 067,22	188 018,69	46,53
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1 704 421,80	322 846,61	18,94	1 317 067,22	188 018,69	46,53
TRANSPORTES FLUVIAIS						
COMÉRCIO E TURISMO	56 603,94	16 301,98	28,8	77 952,00	4 709,88	39,08
MERCADOS E FEIRAS	14,00		0			
TURISMO	56 589,94	16301,98	28,81			
OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	269 158,36	127 377,44	47,32	135 513,00	111 389,79	42,6
OUTRAS FUNÇÕES	2 468 693,93	628 285,01	25,45	1 454 354,33	255 043,04	49,59
DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2 468 693,93	628 285,01	25,45	1 454 354,33	255 043,04	49,59
ESFORÇO TOTAL DO MUNICÍPIO	9 975 075,69	2 816 777,20	28,24	8 570 577,18	2 077 993,54	15,14

- ✓ O valor inicial do PPI foi de 6.996 milhões de euros. Durante o exercício foram aprovadas 11 alterações e 1 revisão ao PPI, apresentando uma execução em termos de despesa 1.299.204,34€ milhões de euros.
- ✓ O valor inicial do PAM foi de 1,357 milhões de euros. Durante o exercício foram aprovadas 22 alterações e situando-se o valor final em 1.574 milhões de euros, dos quais foram executados 778.789,16 milde euros.
- ✓ Os níveis de execução do orçamento e das grandes opções, mais do que evidenciarem o nível efetivo de realização, quase que se limitam a refletir a capacidade efetiva de pagamento e o grau de compromissos que continuam a transitar por falta de liquidação.

3.3 – Contratação Administrativa

- ✓ O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento;

3.4 – Transferências e subsídios

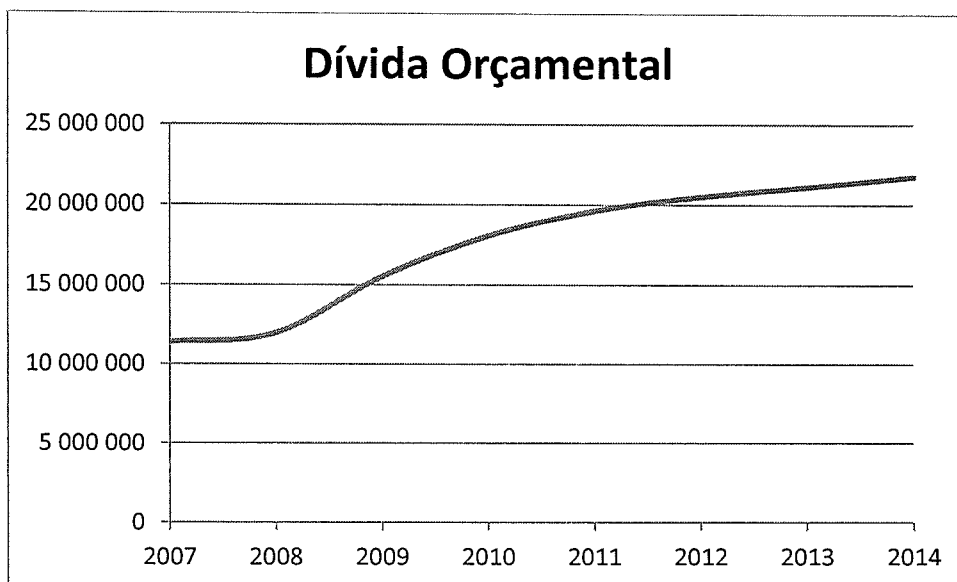
- ✓ O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento.
- ✓ As transferências correntes apresentam um valor de 415 mil euros e as transferências de capital, 102 mil euros.

3.5 – Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

- ✓ Não existem;

3.6 – Endividamento

O município do Alandroal encontra-se numa situação de rutura financeira que teve início há uma década, com tendência para o seu agravamento conforme evidenciado pelo seguinte gráfico.



Os indicadores seguintes deixam claro a situação da dívida do município.

Dívida Total	21.655.849 €
Média da receita corrente (2012-2013-2014)	6.673.189 €
Dívida Total / Média da RC	324,5%
Despesa Total 2014	8.959.699 €
Receita Total 2014	8.602.318 €
Receita de Passivos Financeiros	-----
Despesa de Passivos Financeiros	872,454 €
Saldo Primário	1.133.952 €
Saldo Primário / Serviço da Dívida	183,7%
Serviço da Dívida / Despesas Totais	6,9%

Dívida não Bancária / Dívida Total	41,5%
Dívida não Bancária / Receita Total	104,5%

De referir que a nova LFL estabelece no seu artigo 61º que, sempre que um município apresente uma dívida total superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos, é obrigado a aderir a um procedimento de recuperação financeira, através do Fundo de Apoio Municipal, situação a que o município do Alandroal está vinculado.

3.7 – Pagamentos em Atraso

- ✓ A publicação da Lei 8/2012, veio impor novas regras quanto à assunção de compromissos que passaram a ter por base o cálculo de fundos disponíveis previsíveis para um período temporal de 90 dias, ficando as regras do seu cálculo sujeitas à existência e evolução dos pagamentos em atraso.
- ✓ O artigo 65º da LOE 2012 definiu regras quanto aos montantes de redução dos pagamentos em atraso a que cada município estava sujeito.
- ✓ O quadro seguinte evidencia o valor das contas a pagar e dos pagamentos em atraso

	Passivo	Contas a Pagar	Pagamentos em Atraso
Pagamentos em atraso			
Setembro 2012			5012578,78 €
Dezembro 2012			5292572,57 €
Setembro 2013	6 943 150,79	6 943 150,79	5 839 563,42
Dezembro 2013	6 855 561,49	6,855,561,49	5 753 531,46
Dezembro 2014	8 051 399,04	8 051 399,04	3 817 197,51

- ✓
- ✓ O mapa que se segue, elaborado já no decurso de 2014, apresenta o plano de pagamentos em atraso que o município tem vindo a cumprir desde janeiro de 2014.

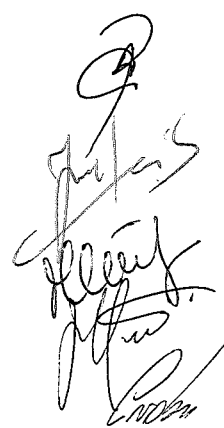
Pagamentos em atraso efetuados entre 01/01/2014 a 31/03/2014						
Fornecedor	Janeiro	Ordem de pagamento	Fevereiro	Ordem de pagamento	Março	Ordem de pagamento
Contenur					1 000,00	1011 de 17/3/2014
Contenur					1 142,25	1041 de 25/3/2014
Messias E Irmaos, Lda	9 013,00	64 de 17/1/2014	9 013,00	860 de 26/2/2014	4 484,73	1044 de 25/3/2014
Marmebritas	766,63	66 de 16/1/2014	766,66	861 de 26/2/2014		

BNP Paribas	5 502,39	68 de 16/1/2014	5 502,39	867 26/2/2014	5 309,64	1046 de 21/3/2014
BNP Paribas					192,75	1232 de 28/3/2014
Aguas do centro alentejo	9 000,00	86 de 16/1/2014	9 000,00	1085 de 21/3/2014	9 000,00	
Gertrudes dos Prazeres Rasteiro Neves					6 000,00	1083 de 11/4/2014
Archeoestudos	1 254,00	96 de 20/1/2014	1 254,00		1 254,00	1019 de 17/3/2014
Teclasul	4 576,96	72 de 17/1/2014	4 576,96	862 de 26/2/2014	4 576,96	1048 de 21/3/2014
Repsol gas	828,25	73 de 16/1/2014	828,25	852 de 26/2/2014	828,25	1050 de 21/3/2014
Clitecnica	798,31	74 de 17/1/2014	798,31	846 de 26/2/2014	798,31	1051 de 21/3/2014
Norprint Artes Graficas	880,86	75 de 17/1/2014	880,86	839 de 26/2/2014	880,86	1052 de 21/3/2014
Plastidom	394,93	76 de 17/1/2014	394,93	848 de 26/2/2014	394,93	1053 de 21/3/2014
Sulcate peças	397,31	738 de 5/2/2014	1 000,00	854 de 26/2/2014	1 000,00	1054 de 21/3/2014
Project4you	1 077,22	78 de 16/1/2014	1 077,22	851 de 26/2/2014	1 077,22	1055 de 21/3/2014
Pirotecnia Oleirense			731,82	838 de 26/2/2014	731,77	1079 de 25/3/2014
Berner	413,68	79 de 17/1/2014	410,00	840 de 26/2/2014	410,00	1058 de 21/3/2014
Zon Lusomundo	714,60	80 de 16/1/2014	500,00	841 de 26/2/2014	500,00	1059 de 21/3/2014
Maria do Carmo Carrão			512,50	842 de 26/2/2014	512,50	1060 de 21/3/2014
Mondo Portugal			806,30	843 de 26/2/2014	806,26	1061 de 19/3/2014
simopeças			782,76	858 de 26/2/2014	782,76	1062 de 25/3/2014
Certikin	673,60	81 de 17/1/2014	673,60	847 de 26/2/2014	641,64	1064 de 21/3/2014
PH Informatica	413,69	82 de 17/1/2014	413,69	849 26/2/2014	413,69	1065 de 21/3/2014
Projecttime	471,34	83 de 16/1/2014	471,33	850 de 26/2/2014	471,33	1066 de 21/3/2014
Arlimoz			564,77	844 de 26/2/2014	500,00	1067 de 25/3/2014
Securitas	302,17	84 de 16/1/2014	302,17	859 de 26/2/2014	302,17	1068 de 21/3/2014
Aquino	4 495,63	85 de 16/1/2014	4 000,00	845 de 26/2/2014	4 000,00	1070 de 25/3/2014
Total/mês	41 974,57		45 261,52		48 012,02	

✓ Importa finalmente analisar e prestar a informação sobre a evolução dos Fundos Disponíveis.

Mantém-se o quadro negativo dos fundos disponíveis conforme quadro seguinte:

Fundos Disponíveis 2014 (valores iniciais)	
Janeiro	1 319 898,00
Fevereiro	-4 898 466,91
Março	-5 065 692,89
Abril	-5 314 159,57
Maió	-5 346 544,14
Junho	-4 751 326,83
Julho	-4 824 163,97
Agosto	-4 456 275,68
Setembro	-4 713 967,57
Outubro	- 4 263 172,22
Novembro	-4 369 002,70
Dezembro	-3 867 424,87



4 - Aplicação de Resultados

- ✓ De acordo com o estabelecido no POCAL propõe-se que o resultado do exercício no montante de (-1 . 020 . 683 , 25€) seja transferido para resultados transitados.

Alandroal 15 de abril de 2014.